



CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Edifício "Dr. Cássio de Freitas Levy"

ESTADO DE SÃO PAULO



Ata da audiência pública referente ao Projeto de Lei nº 46/2022, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Cordeirópolis, para o exercício de 2023, realizada em 20 de outubro de 2022.

Aos vinte dias do mês de outubro de dois mil e vinte e dois, a partir das 19 horas, foi realizada audiência pública sobre o Projeto de Lei nº 46/2022, do Executivo Municipal, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Cordeirópolis, para o exercício de 2023. Os convites para esta audiência foram publicados nas edições nº 1426 a 1431 do Jornal Oficial do Município, dos dias 30 de setembro, 5, 7, 12, 14 e 19 de outubro, e que foi prestigiada pelas pessoas indicadas na lista de presença. Abrindo a audiência, o Sr. David Antonio Manguesi, da empresa Éxito, disse que esta audiência seria a de "aprovação" do orçamento de 2023 para o município, que foi elaborado pelo Poder Executivo e encaminhado ao Legislativo, apresentando os números previstos e detalhando o orçamento do Legislativo para o ano que vem. Disse que foi prevista a receita total bruta consolidada do Município de R\$ 325 milhões, sendo R\$ 314 milhões do Executivo e R\$ 11 milhões do SAAE; que a receita foi fundamentada na média histórica da arrecadação e na projeção dos índices econômicos; mostrou gráfico com a evolução da receita do Município nos últimos anos: R\$ 153 milhões em 2019; R\$ 152 milhões em 2020, uma redução de 0,73%; R\$ 180 milhões em 2021, um aumento de 18%; R\$ 205 milhões em 2022, um aumento de 13,73% e a projeção para 2023, R\$ 250 milhões, com aumento de 18%. Mostrou demonstrativo das despesas por órgão: Legislativo, R\$ 6,3 milhões, Saúde, R\$ 54 milhões, Educação, R\$ 69 milhões, Desenvolvimento Social, R\$ 13 milhões, Obras e Planejamento, R\$ 65 milhões, Desenvolvimento, R\$ 2 milhões, Segurança Pública, R\$ 21 milhões, Procuradoria Geral, R\$ 1,9 milhão, Finanças e Orçamento, R\$ 18,5 milhões, Administração, R\$ 4 milhões, Justiça e Cidadania, R\$ 5,5 milhões, Cultura, R\$ 7 milhões, Esporte e Lazer, R\$ 5,8 milhões, Meio Ambiente, R\$ 1,6 milhões, Serviços Públicos R\$ 35,2 milhões e SAAE R\$ 11,5 milhões, além da Reserva de Contingência de R\$ 200 mil. O vereador Carlos Barbosa agradeceu a presença do palestrante, registrou a transmissão da audiência pela internet e pela rádio comunitária; perguntou quanto está previsto o gasto de pessoal do Executivo no orçamento, sendo respondido que a despesa total com servidores representa 41,73% da RCL estimada, de acordo com a arrecadação dos últimos doze meses, estimado em R\$ 104 milhões. Falou que 54% é o limite máximo para o Poder Executivo e 6% para o Legislativo. Carlos Barbosa disse que o limite é interessante, pois para a cidade ter condições de investir alguns prefeitos vão até o limite da LRF, o que não acontece aqui. Manguesi disse que é importante que o município tenha as previsões mínimas de aplicação dos valores constitucionais, mostrando tabela que mostra que estão previstos R\$ 8,1 milhão para a educação infantil, R\$ 18 milhões para o ensino fundamental e R\$ 37 milhões serão retidos para o Fundeb, totalizando 27,95% da receita corrente líquida, uma diferença de R\$ 6,6 milhões a mais da aplicação mínima obrigatória. Lembrou que são informações orçamentárias e não de execução. Disse que o investimento em saúde é de 20,87%, superior à aplicação obrigatória de 15% da receita corrente líquida. Reafirmou valores dos gastos previstos com pessoal, incluindo vencimentos e vantagens e obrigações patronais. Mostrou Tabela 6 que informa a projeção de reajuste para os servidores públicos no valor de 8%, do auxílio alimentação em 9% e R\$ 2,1 milhão para futuras indenizações trabalhistas, que totalizam R\$ 11,5 milhões e estão previstas no orçamento. Mostrou Tabela 7 referente a despesas decorrentes de benefícios financeiros: Auxílio Transporte aos estudantes R\$ 1,63 milhão; Programa Mais Médicos R\$ 74 mil, Programa Comida na Mesa, R\$ 1,8 milhão, Benefícios Emergenciais R\$ 610 mil, Benefícios Eventuais R\$ 30 mil, Programa "Meu Pedaço de Chão", R\$ 2 milhões, Incentivo ao Empreendedor, R\$ 330 mil e Bolsa Atleta, R\$ 110 mil. Mostrou Tabela 8, com o demonstrativo de transferências financeiras: R\$ 6,36



CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Edifício "Dr. Cássio de Freitas Levy"

ESTADO DE SÃO PAULO



milhões para a Câmara, pelo duodécimo e R\$ 470 mil para o SAAE para manutenção. Mostrou Tabela 9 com o repasse ao Terceiro Setor e subvenções, totalizando R\$ 4,631 milhões, sendo R\$ 440 mil para a Patrulha Mirim e R\$ 275 mil para a Associação Trevisani Nel Mondo pela Secretaria de Cultura; R\$ 140 mil para a APAE pela Secretaria de Educação; pelo Fundo Municipal de Assistência Social estão previstos R\$ 330 mil para ACESAC, R\$ 177 mil para ACORAC, R\$ 282 mil para APAE, R\$ 641 mil para associação de atendimento aos menores, R\$ 330 mil para o Núcleo Alvorada Cristã (asilo) e R\$ 1,068 milhão para a Patrulha Mirim de Cordeirópolis; pelo Fundo Municipal da Criança e do Adolescente estão previstos R\$ 239 mil, beneficiando APAE e Patrulha; pela Secretaria de Saúde estão previstos R\$ 454 mil. Para as APMs das escolas e centros de educação infantil municipais estão previstos aproximadamente R\$ 240 mil pela Secretaria de Educação. Mostrou Tabela 10 com os projetos a serem contemplados no ano que vem, com início e fim, como custeio, sem caráter continuado, totalizando R\$ 64,6 milhões de recursos vinculados e R\$ 26 milhões de recursos próprios. Marlos Fernandes Lopes, Contador da Câmara Municipal, destacou que o anel viário vai levar a maior parte dos investimentos vinculados, abrangendo cerca de R\$ 40 milhões para o próximo ano. Manguesi ressaltou que neste caso a contrapartida do Município é de R\$ 1,26 milhão. Mostrou tabela sobre as emendas impositivas individuais, que correspondem a 0,3% da Receita Corrente Líquida, totalizando R\$ 750 mil, sendo 50% para a Saúde e 50% para outras despesas, totalizando o valor de R\$ 41.665,00 por vereador em cada área. Falou que deste valor a reserva para a Saúde pode ser excedido. Carlos Barbosa perguntou o valor das emendas impositivas no ano passado, sendo respondido que estas informações só podem ser dadas pelo Poder Executivo, sendo respondido que no ano passado foi de R\$ 68 mil. Anderson Hespanhol disse que também é possível uma emenda de bancada no valor de 1% e no ano passado fez do que a Constituição permite, e sua emenda do ano passado ainda não saiu. Falou que o valor de 0,3% é devido à Constituição Estadual, e na sua opinião porque não tem na Lei Orgânica, colocou em cima de 1,2% que é o limite da Constituição Federal e a prefeitura teve que executar; que usa suas emendas na parte da Saúde beneficiando a Santa Casa de Limeira, dizendo que deveria ser colocado na Lei Orgânica o percentual da Constituição Federal, pois o valor atual é irrelevante. Manguesi disse que a matéria é bastante delicada, pois há entendimento de que quando não há regulamentação municipal busca-se a estadual, e quando não houver, usa-se a federal, sugerindo que seja definido o valor de acordo com a realidade municipal através de Emenda à Lei Orgânica. Falou que as emendas impositivas devem obedecer à LDO para que não haja inconstitucionalidade e não-efetivação posterior. Anderson Hespanhol disse que se estivesse no Executivo não executaria nenhuma emenda impositiva, por falta de previsão na Lei Orgânica do Município. Em seguida, Marlos Fernandes Lopes, Contador da Câmara Municipal, falou que iria destacar o orçamento da Câmara para o período. Reexibiu Tabela 2 do Orçamento do Município para 2023, ressaltando que o da Câmara é de R\$ 6,36 milhões, de acordo com o art. 29-A da Constituição Federal, que pode ser de até de 7% das receitas tributárias e transferências correntes do ano anterior, e que poderia chegar até R\$ 14 milhões dentro deste limite. Falou que o orçamento pedido pelo Legislativo é de menos da metade do que teria direito. Frisou que o orçamento da Câmara representa 2% do total das despesas da Prefeitura, que estudou os orçamentos desde 2015 e é o menor valor solicitado à Prefeitura desde o período; mostrou com ilustração de moedas que a cada R\$ 1 arrecadado pela Prefeitura apenas R\$ 0,02 é destinado à Câmara, representando um valor baixo, considerando a importância vital da Câmara para a democracia e pelo papel da Câmara perante a sociedade, pois não ela abriga não apenas suas funções, com as audiências públicas e sessões plenárias, mas também abrigando o Procon municipal, o Censo 2022 do IBGE, as audiências públicas e cursos da



CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Edifício "Dr. Cássio de Freitas Levy"

ESTADO DE SÃO PAULO



prefeitura, reuniões de conselhos municipais e treinamentos das Secretarias, bem como eventos do Judiciário, como Tribunal do Júri e treinamento de mesários para a eleição, além de formaturas, como da Escola Estadual "Prof. Odécio Lucke". Mostrou tabela com o orçamento da Câmara: reforma e ampliação da Câmara, abrangendo manutenção predial, com dotação de forma simbólica de R\$ 10 mil; adiantamentos, com R\$ 36 mil, para aquisição de materiais e custeio de viagens; Atividades Legislativas, com R\$ 4,165 milhões, abrangendo gastos com funcionários, com pagamento de salários, férias e 13º, plano de saúde, auxílio alimentação e indenizações trabalhistas; Suporte administrativo está previsto R\$ 2 milhões, abrangendo gastos com contratação de bens e serviços. Publicidade Institucional do Poder Legislativo é um grupo novo, com valor de R\$ 70 mil, que não constava nos orçamentos anteriores; que o orçamento foi feito para trazer transparência e de forma simplificada, sem misturar gastos de contratos e pessoal; que foram criadas novas dotações orçamentárias: Publicidade Institucional, envolvendo transmissões das sessões, por rádio e internet e outros gastos desta natureza; em Câmara Participativa e Procuradoria da Mulher, elas dão visibilidade e transparência aos gastos, com valores de R\$ 31 e 30 mil, que já vem sendo executados, mas agora explicitados. O Coordenador de Comunicação perguntou em que se basearam os valores, sendo respondido que foram nos próprios gastos que a Diretoria Geral estipulou que seriam adequados e não há base clara para estipular se os gastos anteriores foram maiores ou menores. O Contador da Câmara disse que os valores de publicidade institucional foram baseados nos contratos existentes considerando uma inflação e que os gastos costumam ser superavaliados por "conservadorismo contábil" para que não se corra o risco de que as dotações fiquem insuficientes, baseando-se em contratos existentes. Sérgio Balthazar disse que o orçamento da Câmara é enxuto e pediu que os valores sejam discutidos "ponto a ponto" com os vereadores, pois não concorda em pedir suplementação devido aos baixos valores. Falou que tem dúvida se o valor reservado será suficiente para as atividades da Procuradoria da Mulher conforme foi feito em 2021 e que precisamos de um orçamento próximo ao limite máximo de 7%. Marlos Fernandes mostrou tabela com os "gastos livres" para o ano quem, dizendo que a Câmara possui reservado no mínimo R\$ 700 mil e ele não foi alocado para reforma e ampliação para que não se crie expectativa, pois não se sabe quem ocupará a Diretoria Geral no próximo biênio; falou que foram colocados valores livres, superior ao determinado para a atual administração; disse que o orçamento prevê gasto de R\$ 105 mil com energia elétrica, com base em gastos anteriores e possível reajuste, dizendo que ele está sobreavaliado pois foi feita a instalação de 76 placas solares de 470 W, totalizando 35,72 KW de energia instalada, pois de acordo com a Lei nº 14.300/2022 o valor estará isento de encargos setoriais até 2045 e se houver redução nos gastos de energia de 80 a 90% o valor de R\$ 105 mil poderá ser utilizado para concessão de novos benefícios à população. Neusa Damélio perguntou onde está escrito os 700 mil, sendo respondido que dentro do grupo "Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica" ele possui uma dotação de aproximadamente R\$ 943 mil, comprometidos com contratos existentes para pagamento do pessoal de LIBRAS, BB, energia elétrica, Patrulha Mirim, Sem Parar, hospedagens, sendo que R\$ 500 mil não está vinculado a nenhum contrato, absolutamente livre para gastos e outros R\$ 200 mil estão previstos para aquisição de equipamentos e material permanente se for a vontade da próxima diretoria, mas que pode ser transferido para outras dotações por anulação de despesas, em até 50% do previsto na lei orçamentária, totalizando R\$ 3 milhões. Sérgio Balthazar disse que é necessário rever os valores que estão "tímidos" e que seja feita reunião para discutir os números, que não estão batendo, sendo respondido que os R\$ 700 estão reservados a tarifas bancárias, num valor bastante alto. Sérgio Balthazar disse que não consegue ir para Brasília com R\$ 500 no bolso para trazer "milhões" para



CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Edifício "Dr. Cássio de Freitas Levy"

ESTADO DE SÃO PAULO



a cidade e que R\$ 19 mil reais é muito pouco para hospedagem. Reafirmou a necessidade de convocar os vereadores para discutir item por item, cortando gastos se necessário, dizendo que se todos os vereadores estiverem de acordo, irá discutir o orçamento, pois os números são importantes, mas os vereadores devem ser ouvidos. Marlos disse que o pior para a Câmara é solicitar verba à Prefeitura durante o ano, o que se torna prejudicial para ela, pois terão que cortar verbas das secretarias e é importante que o orçamento seja suficiente e é recomendável que os vereadores solicitem um valor superior. José Antonio perguntou e foi respondido pelo Contador que foi deixado R\$ 700 mil para que seja remanejado livremente conforme as necessidades da Câmara. Carlos Barbosa disse que houve um aumento de 50% do orçamento do Município para 2023 e tem preocupação em não receber notificações do Tribunal de Contas, dizendo que pensava num valor ainda menor, mas concluiu finalmente por este valor, ficando em dúvida se a prefeitura iria concordar, mas nada impede que seja feito um ajuste, após uma reunião com todos os vereadores, que todos fiquem satisfeitos e o orçamento esteja adequado. Marlos Fernandes disse que o orçamento atual é de R\$ 5 milhões e o do ano que vem é R\$ 1,36 milhões maior e os valores foram calculados com base nos contratos existentes entre 2015 a 2022. Quanto a hospedagem e despesas com locomoção, disse que a dotação é baixa porque todas as viagens realizadas nos anos anteriores eram feitas por agências de turismo, pagando caro por elas e com baixa qualidade; que a pedido da Diretoria Geral criou estas dotações para realizar a contratação direta de passagens aéreas e hotéis, sem intervenção de agências; que o valor é baixo, pois a Câmara irá executar de forma nova no ano que vem e não se sabe se isto dará certo, pois precisamos contar com o auxílio dos vereadores para que comuniquem com antecedência as viagens a serem realizadas e os mecanismos anteriormente utilizados também estão previstos caso seja necessário. Destacou o valor de Material de Consumo, de R\$ 375 mil, que abrange desde gasolina a papel sulfite, dizendo que a Câmara está implementando o projeto de uso reduzido de papel, com os documentos feitos de forma digital, sendo que foram adquiridos certificados digitais para vereadores e funcionários, sendo que a redução do uso de papel tem mais impacto ambiental do que financeiro; disse desde 1949 a Câmara produz documentos impressos, armazenados no arquivo, que já está superlotado e que não está pior devido ao trabalho da funcionária Maria, que digitalizou e organizou os documentos, cujos esforços serão inúteis caso se continue a produzir uma quantidade muito grande e que será reduzida no próximo ano. Falou que poderá haver economia com papel sulfite e impressoras, sendo que se gasta atualmente R\$ 3.720 por mês em aluguel de equipamentos. Carlos Barbosa agradeceu a presença, parabenizando pelo que foi exposto, fundamental para discussão e aprovação do próximo orçamento. Marlos Fernandes agradeceu pela oportunidade. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a audiência, da qual foi feita esta ata por mim, Paulo César Tamiazo, Analista Legislativo.

Carlos Aparecido Barbosa
Presidente

Diego Fabiano de Oliveira
Vereador

Neusa Aparecida Damélio M. de Moraes
Vice-Presidente

José Antonio Rodrigues
Vereador

Anderson Antonio Hespanhol
Vereador

Sérgio Balthazar Rodrigues de Oliveira
Vereador